

ESPAÇOS DE BRINCAR, TERRITÓRIO E MEMÓRIA: CIGANOS CALON E INTERSEÇÕES ANTROPOLÓGICAS EM QUISSAMÃ - RJ E PENEDO - AL

Spaces For Play, Territory And Memory: Calon Romani And Anthropological Intersections In Quissamã - Rj And Penedo - Al

Espacios Para Jugar, Territorio Y Memoria: Gitanos Calon E Intersecciones Antropológicas En Quissamã - Rj Y Penedo - Al

Edluza Oliveira

Secretaria de Educação de Alagoas (SEDUC-AL)

E-mail: edluza.msoliveira@educ.al.gov.br

Maria Marques

Secretaria Estadual de Educação - RJ

E-mail: mariacmarques2010@hotmail.com

Áltera, João Pessoa, Número 20, 2025, e02003, p. 1-30

ISSN 2447- 983



RESUMO

Este artigo examina como as práticas lúdicas infantis dos Calon, nas cidades de Quissamã (RJ), articulam-se às dinâmicas territoriais (Mura, 2017) de Penedo (AL) e aos regimes de memória (Pacheco de Oliveira, 2016), promovendo reflexões sobre a cidadania plena de grupos minorizados. Parte-se de uma abordagem metodológica que integra etnografia e fotoetnografia, incluindo observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental, complementadas pelos registros visuais da vida cotidiana. Articulam-se os conceitos de “campo-brincante”, “criante-brincante” e “criante-narrante” (Marques, 2023), em diálogo com dados etnográficos de Oliveira (2023), para evidenciar o brincar como prática de resistência e de construção identitária. O estudo revela estratégias de afirmação cultural e ressignificação dos espaços urbanos, demonstrando que a apropriação simbólica de áreas públicas pelas crianças fortalece laços comunitários e contribui para a valorização de saberes tradicionais. Conclui-se que a dimensão lúdica amplifica vozes infantis e adultas na reivindicação de direitos, indicando a necessidade de políticas públicas sensíveis às especificidades étnico-culturais dos Calon. A fotoetnografia, ao registrar imagens e narrativas, reforça a importância de ações inclusivas que contemplem os múltiplos modos de ser e viver.

PALAVRAS-CHAVE: Infância. Território. Calon. Fotoetnografia.

ABSTRACT

This article examines how Calon Romani children’s playful practices in the cities of Quissamã (RJ) are articulated with territorial dynamics (Mura, 2017) in Penedo (AL) and memory regimes (Pacheco de Oliveira, 2016), promoting reflections on the full citizenship of minoritized groups. A methodological approach integrating ethnography and photoethnography is employed, including participant observation, semi-structured interviews, and documentary analysis, complemented by visual records of daily life. The concepts of “campo-brincante,” “criante-brincante,” and “criante-narrante” (Marques, 2023) are articulated in dialogue with ethnographic data from Oliveira (2023) to highlight play as a practice of resistance and identity construction. The study reveals strategies of cultural affirmation and the resignification of urban spaces, demonstrating that the symbolic appropriation of public areas by children strengthens community ties and contributes to the appreciation of traditional knowledge. The findings indicate that these practices, although permeated by social inequalities and pejorative representations, are crucial factors for recognition and collective agency. It is concluded that the playful dimension amplifies both children’s



and adults' voices in the claim for rights, highlighting the need for public policies sensitive to the ethnic-cultural specificities of the Calon Romani. Photoethnography, by recording images and narratives, enhances the understanding of ongoing social processes and reinforces the importance of inclusive actions that embrace multiple ways of being and living.

KEYWORDS: Childhood. Territory. Calon. Photoethnography.

RESUMEN

Este artículo examina cómo las prácticas lúdicas infantiles de los Calon en las ciudades de Quissamã (RJ) se articulan con las dinámicas territoriales (Mura, 2017) en Penedo (AL) y con los regímenes de memoria (Pacheco de Oliveira, 2016), promoviendo reflexiones sobre la ciudadanía plena de los grupos minorizados. Se adopta un enfoque metodológico que integra la etnografía y la fotoetnografía, incluyendo la observación participante, entrevistas semiestructuradas y análisis documental, complementados con registros visuales de la vida cotidiana. Se articulan los conceptos de “campo-brincante”, “criante-brincante” y “criante-narrante” (Marques, 2023), en diálogo con los datos etnográficos de Oliveira (2023), para evidenciar el juego como práctica de resistencia y construcción identitaria. El estudio revela estrategias de afirmación cultural y resignificación de los espacios urbanos, demostrando que la apropiación simbólica de los espacios públicos por parte de los niños fortalece los lazos comunitarios y contribuye a la valorización de los saberes tradicionales. Los resultados indican que estas prácticas, aunque atravesadas por desigualdades sociales y representaciones peyorativas, constituyen un factor crucial de reconocimiento y agencia colectiva. Se concluye que la dimensión lúdica amplifica las voces infantiles y adultas en la reivindicación de derechos, señalando la necesidad de políticas públicas sensibles a las especificidades étnico-culturales de los Calon. La fotoetnografía, al registrar imágenes y narrativas, intensifica la comprensión de los procesos sociales en curso y refuerza la importancia de acciones inclusivas que contemplen las múltiples formas de ser y vivir.

PALABRAS-CLAVE: Infancia. Territorio. Calon. Fotoetnografía.



INTRODUÇÃO

A partir de uma perspectiva antropológica, este trabalho investiga as intersecções entre as práticas lúdicas infantis e os processos de fixação e dinâmica territorial dos Calon, articulando dimensões simbólicas e espaciais na construção de identidades. Inicialmente, o estudo apresenta uma contextualização histórica e cultural dos Calon, evidenciando suas trajetórias migratórias, as transformações identitárias e a importância das práticas lúdicas – compreendidas pelos conceitos de “campo-brincante”, “criante-brincante” e “criante-narrante” (Marques, 2023) – como manifestações culturais de resistência e de afirmação. Esse recorte permite compreender que o brincar transcende a mera atividade recreativa, configurando-se como um processo de construção de memória coletiva e de resistência frente a estruturas de exclusão e marginalização.

O enfoque geográfico delimita os espaços de estudo, ressaltando os contextos urbanos de Penedo, no sul de Alagoas, e de Quissamã, no Rio de Janeiro, onde se observam tanto a fixação quanto a circulação das comunidades Calon. A pesquisa de Oliveira (2023) aponta que a fixação das famílias Calon em Penedo não se restringe à sedentarização, mas envolve um processo complexo de construção de regimes de memória, evidenciado na formação de bairros e loteamentos como Vila Matias, Santa Madalena, São Rafael, Santa Luzia e Sant’Ana. Esses dados reforçam a importância dos territórios estudados como espaços de fortalecimento comunitário e afirmação identitária, permitindo a análise das articulações entre territorialização e elaboração de narrativas coletivas que reivindicam reconhecimento e direitos.

Em Quissamã, o espaço do acampamento Mathias foi estabelecido em 2011, quando o Sr. Gola adquiriu uma área extensa e a subdividiu em pequenos lotes vendidos a outras famílias Calon, visando garantir proteção e coesão ao grupo. Situado a aproximadamente um quilômetro do centro urbano, o local reúne casas de alvenaria e algumas barracas, compondo a paisagem da comunidade. Próximo à rua principal, há uma área designada pelo chefe do acampamento para abrigar os Calon itinerantes.

Nesse sentido, a relevância das práticas lúdicas na constituição da identidade cultural emerge como eixo central da discussão, considerando que a criação e a narração de brincadeiras entre as crianças Calon revelam formas inovadoras de resistência simbólica. Observa-se que as atividades lúdicas funcionam como instrumentos de afirmação do pertencimento e da memória, articulando processos históricos e culturais que se refletem na dinâmica de exclusão e na busca por cidadania plena. Tal análise permite compreender que o brincar não se limita à atividade infantil,



mas se expande como uma prática cultural que desafia os modelos tradicionais de territorialização e de reconhecimento social.

A intersecção entre território e memória se aprofunda ao integrar os dados etnográficos de Oliveira (2023) com os estudos sobre o lúdico de Marques (2023). Essa articulação possibilita identificar que os processos de “morada” – compreendidos como a fixação das famílias Calon – estão diretamente ligados à construção de uma narrativa coletiva que reivindica o direito à cidade e à inclusão social. Ao discutir a formação dos espaços urbanos e as mobilizações identitárias dos Calon, o estudo evidencia que a memória do processo de morada deixa evidente não apenas a permanência, mas também a resignificação do território, marcando trajetórias de luta e afirmação de direitos, que demandam atenção no debate contemporâneo.

Dessa forma, a relevância social e acadêmica deste trabalho reside na sua capacidade de integrar os universos do brincar e da territorialidade, ampliando o debate sobre a construção de identidades e a formulação de políticas públicas inclusivas. A articulação entre as práticas lúdicas infantis e os regimes de memória, fundamentada tanto na pesquisa de Oliveira (2023) quanto nos conceitos de Marques (2023), evidencia a necessidade de repensar os modelos de inserção social e a valorização dos saberes tradicionais, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias que promovam a inclusão e a justiça social. O estudo, portanto, oferece subsídios teóricos e empíricos para compreender os desafios enfrentados por grupos minoritários na atualidade, estabelecendo um diálogo entre teoria e prática que enriquece o campo da Antropologia.

Inspirando-se na visão poética de Manoel de Barros (2014), que percebe a infância como potência criadora, observa-se que o ato de brincar transcende a recreação e se torna um processo de elaboração de memória coletiva e resistência. Em diálogo com Benjamin (2002), compreende-se que, ao brincar, as crianças não apenas absorvem e resignificam o legado cultural que lhes é transmitido, mas também criam novas formas de apropriação do espaço e de expressão identitária. Essa perspectiva se alinha à reflexão de Saura (2014), que argumenta que o ato lúdico permite às crianças explorarem seus corpos e emoções, tornando-se um elemento essencial na constituição das experiências infantis.

Neste contexto, Simas (2019) aponta que a cidade pertence às crianças, mas tende a afastá-las ao privilegiar prioridades urbanísticas excludentes — uma

1 Assim dizem os Calon de Penedo-AL em relação ao lugar em que residem.



realidade que se evidencia em acampamentos ciganos, onde o brincar muitas vezes não encontra espaço adequado. Por outro lado, Winnicott (2019) reforça que o brincar é um impulso inato, essencial para o desenvolvimento saudável e a constituição emocional, pois possibilita à criança a livre expressão de suas subjetividades.

No contexto dos ciganos Calon, os conceitos de “campo-brincante”, “criante-brincante” e “criante-narrante” (Marques, 2023) constituem ferramentas teóricas essenciais para compreender as dinâmicas infantis na relação com o espaço. O campo-brincante refere-se ao modo como as crianças interagem e se apropriam dos territórios onde brincam; o criante-brincante destaca a capacidade criativa e o papel das lideranças na construção e reinvenção constante das brincadeiras; e o criante-narrante evidencia o protagonismo infantil na elaboração e compartilhamento de histórias, expressando criatividade e memória coletiva por meio da oralidade.

Em relação à metodologia, com base na pesquisa de Oliveira (2023), foi por meio do contato com os Calon de Penedo (AL) que se desenvolveu um estudo etnográfico com o objetivo de compreender a dinâmica territorial (Mura, 2017) e os regimes de memória (Pacheco de Oliveira, 2016) vivenciados no processo de morada. Para isso, utilizamos técnicas como a observação participante, com registro em diário de campo, entrevistas semiestruturadas e análise documental.

Uma das ferramentas utilizadas por Marques (2023) foi a fotoetnografia, que possibilitou não apenas a captura visual das experiências cotidianas das crianças, mas também sua participação ativa no processo de pesquisa. Nesse sentido, por meio da pesquisa qualitativa, com abordagem participante e entrevistas semiestruturadas realizadas com crianças Calon de quatro a quatorze anos e seus responsáveis, adotou-se uma metodologia que permitiu investigar detalhadamente as desigualdades sociais e educacionais enfrentadas por esse grupo.

As imagens inseridas neste trabalho são compreendidas como narrativas visuais que, para além de ilustrar, contribuem para visibilizar a infância cigana em sua dimensão cultural e epistêmica. Ao reconhecer as crianças como sujeitos de fala e produtores de conhecimento sobre suas próprias experiências, o registro fotográfico valoriza suas culturas e modos de ser, evitando que permaneçam silenciadas ou invisibilizadas pelo olhar adultocêntrico. Nessa perspectiva, as imagens funcionam como dispositivos de expressão e escuta das infâncias, possibilitando que a produção simbólica das crianças seja reconhecida em seu direito à participação e à memória coletiva (Sarmiento & Pinto, 1997).



Os colaboradores da pesquisa, em Penedo, abrangeram tanto ciganos quanto não ciganos, o que possibilitou um diálogo mais abrangente sobre as vivências e os desafios enfrentados pelas comunidades investigadas. Paralelamente, foram analisadas matérias jornalísticas do acervo documental da cidade, publicadas nos periódicos mais influentes entre as décadas de 1960 e 1990, com o objetivo de compreender as representações dos ciganos na mídia local. Além disso, foram examinados textos legislativos contemporâneos, com ênfase naqueles que abordam as lutas dos ciganos por reconhecimento e cidadania.

A relevância dos documentos jornalísticos para a compreensão da construção de memórias sociais e culturais também foi considerada. Nesse sentido, conforme destaca Lima (2024), os jornais, ao registrar periodicamente notícias e acontecimentos relevantes de uma determinada região, não apenas documentam fatos históricos, mas também desempenham um papel ativo na formação e na preservação da memória coletiva. A partir de uma abordagem dos Estudos Culturais, o periódico deixa de ser um mero veículo informativo e passa a ser compreendido como um artefato cultural, capaz de influenciar e moldar percepções sociais sobre grupos historicamente marginalizados. Assim, a análise dessas fontes permitiu uma leitura mais ampla das narrativas midiáticas sobre os ciganos, evidenciando tanto processos de estigmatização quanto iniciativas de resistência e afirmação identitária.

Como artefato cultural, os periódicos revisados, com base em algumas das notícias pertinentes, destacaram aspectos do perfil da cidade de Penedo, que passaram por transformações. Percebeu-se a existência de notável nostalgia ao reverenciar um passado histórico glorioso, marcado por pessoas ilustres e um cabedal intelectual proeminente. Tal passado é lembrado com satisfação, uma vez que Penedo, uma localidade de Alagoas, teve sua fundação e povoamento profundamente influenciados por sua importância econômica e cultural para o desenvolvimento do estado.

Diante desses cenários e a partir das conversas e convivências com os sujeitos da pesquisa e colaboradores, salientamos que os Calon de Penedo são residentes e iniciaram um processo de moradia no final dos anos 1960 adentrando pelos anos 1980. Entretanto, é notório que a presença dessa população como partícipe da história da cidade, que culminou com a expansão do seu território em forma de bairros residenciais, não faz parte dos anais das memórias da sociedade mais ampla. Com base em entrevista com Willamis,² a comunidade cigana é composta de aproximadamente

2 José Willamis Alves da Silva, liderança da comunidade cigana conhecida como Willamis Cigano.



518 famílias. A maioria das famílias está concentrada no bairro conhecido como Vila Matias localizado na parte alta, espaço de expansão da cidade e resultado do processo de chegada e fixação dos ciganos, que não corresponde à ideia de fixidez, de imobilidade, mas à construção de um lugar de “morada” e não de passagem.

Dessa forma, a investigação busca compreender as relações entre território, memória e identidade nas experiências dos Calon, revelando como o brincar se configura como prática de resistência e fortalecimento cultural. Ao contrastar os saberes e fazeres das comunidades pesquisadas em Quissamã (RJ) e Penedo (AL), propõe-se uma análise interseccional que evidencia a importância das práticas infantis como elementos que fazem parte da construção de identidades e da luta por direitos.

DESENVOLVIMENTO

Três personagens me ajudaram a compor estas memórias. Quero dar ciência delas. Uma, a criança; dois, os passarinhos; três, os andarilhos. A criança me deu a semente da palavra. Os passarinhos me deram o desprendimento das coisas da terra. E os andarilhos, a presciência da natureza de Deus. [...] Sempre eles sabiam tudo sobre o nada. (Barros, 2018, p. 57)

Manoel de Barros, poeta das miudezas e da infância, abre caminho para pensarmos sobre as infâncias ciganas Calon e suas territorialidades. Em sua obra, o poeta das brincadeiras infantis menciona três figuras que compõem suas memórias: a criança, os passarinhos e os andarilhos. Cada um desses personagens carrega um elemento essencial da existência: a criança, a potência da palavra; os passarinhos, o desapego ao fixo; os andarilhos, a sabedoria do movimento e da liberdade. Entre os andarilhos, podemos situar os ciganos, povos historicamente marcados pela errância e pela reinvenção dos espaços, sem, no entanto, abdicar de suas expressões culturais.

Os ciganos Calon, de nossos escritos, encontram na infância a continuidade de suas tradições. As crianças Calon, inseridas em um contexto de constante deslocamento, constroem suas memórias a partir dos espaços que ocupam, das brincadeiras que inventam, “criantes-brincantes” e das narrativas lúdicas que criam, “criantes-narrantes”. Em Quissamã, o “campo-brincante” (Marques, 2023) se configura como um espaço fundamental para a socialização e a transmissão dos saberes, mas também como um território ameaçado pelo avanço da urbanização e pelas desigualdades estruturais.



Em Penedo, Alagoas, a fixação das famílias Calon representa um processo de morada que se desenvolve por meio de dinâmica territorial, cujas memórias enquadradas (Pollak, 1989) são ressignificadas na construção de um novo regime de memória que tem os ciganos como protagonistas, em busca de seu reconhecimento como partícipes da história de Penedo. Apesar da patrimonialização da cidade desde 1986 (Silva, 2016), as narrativas ciganas seguem marginalizadas nos registros oficiais. A expansão urbana evidencia áreas que foram sendo, historicamente, ocupadas pelos Calon e foram se conformando em espaços residenciais, sem que seja reconhecida sua territorialização, reforçando a invisibilização dessas comunidades. Bairros como Vila Matias, Santa Madalena e São Rafael simbolizam essa luta por pertencimento, em que as identidades e a memória dos ciganos são reafirmadas apesar das adversidades impostas pelo modelo urbanístico excludente.

Dessa forma, ao articular a poesia de Manoel de Barros com a experiência das infâncias dos ciganos em Quissamã e os processos de fixação dos Calon em Penedo, percebemos que o território, a memória e a resistência caminham juntos. Assim como os passarinhos e os andarilhos de Barros, os Calon reinventam sua relação com os espaços que ocupam, reafirmando suas identidades em meio às adversidades e reivindicando seu direito à cidade e ao reconhecimento.

INTERSEÇÕES ENTRE A TERRITORIALIDADE CALON

Em Penedo, Alagoas

A fixação dos Calon em Penedo, Alagoas, e Quissamã, Rio de Janeiro reflete um processo dinâmico de construção territorial que dialoga diretamente com as experiências das crianças no espaço urbano. A pesquisa de Marques (2023) demonstra que a ocupação dos bairros pelos Calon não é apenas um ato de permanência, mas sim uma estratégia de ressignificação do espaço, em que as brincadeiras infantis atuam como práticas de pertencimento e de resistência. Ao interagir com o ambiente por meio do brincar, as crianças criam narrativas que reforçam a memória coletiva e ajudam a consolidar os espaços ocupados como territórios em desenvolvimento.

No que diz respeito às narrativas dos Calon, conforme apontado na pesquisa de Oliveira (2023), eles rememoram e ressignificam tanto o momento de chegada quanto o processo de “morada”, que se constrói em meio a um movimento contínuo. Esse deslocamento ocorre por diferentes motivos: para visitar a parentela em outros espaços; para a realização de negócios, trocas e vendas ou construções de moradias;



para a leitura de mãos ou realizar mendicância. Em tempos diversos, emergem formas de significar seu fazer cotidiano e sua atuação na cidade, como também acenam para dar seguimento à “tradição de andar”, como nos relatou a Calin Jaciguara,³ de forma a pensar os espaços habitados como território do sossego, do descanso após as lidas.

Ao considerar as crianças Calon de Quissamã, cuja relação com o território se manifesta na ressignificação do cotidiano e nas expressões culturais por meio do brincar, observa-se que ambos os estudos convergem na abordagem da memória – seja ela enquadrada ou coletiva – e do território, compreendido tanto como espaço de circulação quanto de interação. Os Calon, ao interagir com os espaços que ocupam, participam ativamente da construção e reconstrução de identidades e pertencimentos, evidenciando a dinamicidade de sua territorialidade. Diante disso, para situar as comunidades em estudo, a seguir apresentamos uma contextualização histórica, acompanhada de aspectos socioeconômicos dos territórios analisados.

Penedo está situada no extremo sul do estado de Alagoas, localidade que possui grande importância na formação e expansão do estado no aspecto histórico, econômico e sociocultural. Apresenta-se como uma das cidades mais antigas⁴ e um dos núcleos territoriais relevantes, cuja divisão administrativa da ocupação territorial das Alagoas nos anos de 1636 a 1763 pode ser visualizada no mapa, presente na figura 1.⁵

3 Sogra de Willamis Cigano.

4 Neste ano, Penedo comemora 389 anos de existência.

5 No século XVII, as terras das Alagoas eram divididas em três núcleos territoriais: **Penedo** (1), identificado em rosa, abrangia áreas do Baixo São Francisco, Médio Sertão, Alto Sertão, Agreste e Bacia Leiteira; **Alagoas** (2), em roxo, correspondia às regiões da Bacia Leiteira, Agreste, Litoral Sul, Vale do Paraíba e Grande Maceió; e **Porto Calvo** (3), em azul, compreendia a atual região do Litoral Norte.



Figura 1 – Mapa de ocupação territorial considerando os limites atuais do Estado de Alagoas.



Fonte: Adaptado pela autora, a partir de Silva e Muniz (2016, p. 126).

Mediante cabedal histórico e paisagens naturais, entre os anos de 1986 e 1995 Penedo vivenciou um processo de revitalização a partir do tombamento de parte da cidade. O processo de patrimonialização em Penedo teve início em 1986 como um projeto redentor, impulsionado pela necessidade de revitalização de um município que enfrentava crise econômica e social. Segundo Silva (2016), essa política, inserida em um contexto global e estruturada em uma complexa rede multiescalar e hierárquica entre cidades consideradas patrimônio, foi acolhida por Penedo como uma estratégia para reerguer sua economia. A autora destaca que essa patrimonialização envolveu uma articulação verticalizada, mobilizando organismos internacionais, mas com impacto local. Dessa forma, a política demonstrou uma capacidade notável de difusão e capilarização, características típicas de um modelo universalizante e padronizador.

No que diz respeito à padronização, a vida itinerante que os ciganos levam, muitas vezes forçada por circunstâncias desfavoráveis impostas pelos governos e pela sociedade urbana, contribui para que sejam vistos como pessoas que destoam dos padrões sociais estabelecidos. Esses padrões são marcados por influências coloniais que impõem perspectivas eurocêntricas de estilo de vida, refletidas na arquitetura e outras formas culturais. Essas perspectivas são apresentadas como verdades absolutas que devem ser mantidas não apenas na Europa, o “berço da civilização”, mas também disseminadas pelo mundo em uma “política universalizante” (Silva, 2016).

Em Quissamã, Rio de Janeiro



Figura 2: Município de Quissamã.
Fonte: Googlemaps, (2025)



Figura 3: Acampamento cigano Mathias
Fonte: Acervo pessoal da autora, (2023).

O município de Quissamã, localizado no estado do Rio de Janeiro, destaca-se por sua relevância histórica e territorial, resultado de um longo processo de ocupação iniciado no período colonial. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade possui uma área territorial de 719.643 km² e uma população de 22.393 habitantes, conforme o Censo de 2022.⁶

Historicamente, Quissamã tem suas raízes profundamente ligadas à produção açucareira, que dominou a região Norte Fluminense desde o período colonial. O primeiro Engenho Central da província fluminense foi estabelecido em Quissamã, na época ainda pertencente ao município de Macaé. Além disso, a cidade foi uma das últimas a manter um contingente significativo de trabalhadores escravizados, mesmo após a abolição. Essa herança histórica contribuiu para a preservação de manifestações culturais expressivas, como o jongo e a macumba, ligadas às tradições religiosas da Umbanda e do Candomblé, sendo os terreiros espaços fundamentais de sociabilidade e resistência cultural na região (Marchiori, 1987).

Ao longo dos anos, o município consolidou-se como um espaço em crescimento, mas ainda enfrenta desafios administrativos e sociais. O reconhecimento e a valorização das suas manifestações culturais e históricas também devem ser considerados na construção de estratégias de desenvolvimento social que respeitem sua identidade e trajetória histórica.

⁶ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/quissama.html>. Acesso no dia 22 de fevereiro de 2025.

No contexto das desigualdades estruturais e das lutas por reconhecimento, o acampamento Mathias, representado na imagem 2 pelo círculo preto, emerge como um espaço emblemático da territorialidade cigana em Quissamã. Na imagem 3, evidencia-se a configuração do acampamento em 2022, onde barracas e construções de alvenaria coexistem, formando uma paisagem que reflete tanto a resistência quanto a precariedade das condições habitacionais dos Calon. O primeiro a ocupar esse espaço foi Gola,⁷ que adquiriu as terras e, posteriormente, as vendeu a preço simbólico para seus “primos e primas”,⁸ demonstrando a lógica comunitária e as redes de solidariedade que estruturam a vida dos Calon de Quissamã.

DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO BRINCAR

É em Quissamã-RJ, nesse território de chão batido, que as crianças Calon constroem suas memórias por meio do brincar. Simas (2019), ao refletir sobre “A Cidade e as Crianças”, argumenta que as ruas pertencem às crianças, mas perdem esse sentido quando passam a ser dominadas pelos carros. O autor propõe a criação de um manual com regras fabulares para brincadeiras tradicionais como amarelinha, carniça, jogo de botão, pique-bandeira e cirandas, práticas que, nos acampamentos ciganos, assumem características próprias.

No caso das crianças Calon de Mathias, a noção de rua está restrita ao acampamento, onde os limites espaciais são fluídos e interligam a terra batida, as barracas dos vizinhos e as casas dos não ciganos. Esse espaço, permeado pelo trânsito constante das crianças, torna-se um “campo-brincante” (Marques, 2023), um território de experiências lúdicas que ressignifica as condições de moradia e de identidade. O ato de brincar é um elemento estruturante da infância Calon e se manifesta no corpo, na oralidade e na relação com os elementos naturais, compondo o que Simas (2019) define como “ecologia amorosa”.

O conceito de campo brincante, articulado na pesquisa com as crianças Calon do acampamento Mathias, aproxima-se da abordagem de Vogel, Vogel e Leitão (1995), ao reconhecer que as crianças atribuem sentidos próprios aos espaços onde vivem, mesmo diante da fragmentação do território causada por políticas locais. Com a perda do espaço comum, as crianças reorganizaram o brincar nas ruelas do acampamento Mathias, reafirmando criatividade, pertencimento e autoria, conforme apontam os

7 Em Quissamã, Gola é o chefe do acampamento, para muitos. Alguns moradores que já compraram sua parte não o consideram chefe.

8 Modo como os Calon se tratam.



autores ao analisar as sínteses espaciais infantis na cidade. Assim, o campo brincante persiste como território simbólico e de resistência, sustentando o direito de brincar e de pertencer, em diálogo com a escuta sensível proposta pelos referidos autores.

A brincadeira, nesse contexto, transcende o entretenimento e se insere em uma dimensão cosmológica que envolve os elementos da natureza. O fogo, a água, a terra e o ar tornam-se apetrechos brincantes, configurando um brincar que se ancora na experiência sensorial e na conexão com o ambiente. A relação lúdica com a natureza manifesta-se na flora, nas sementes, nas folhas, na água e no vento, bem como nas escavações e descobertas cotidianas. Essa interdependência entre infância, território e natureza reforça a importância de políticas públicas que reconheçam o direito ao brincar como um direito fundamental das infâncias e um eixo norteador da cidadania plena.

Saura (2014) já sinaliza que, ao brincar, as crianças experimentam seus corpos, interagem com o espaço e se entregam à emoção do lúdico. Para as crianças Calon de Quissamã, o brincar é um ato espontâneo, livre de obrigações e rotinas rígidas, movendo seus corpos em disputas, abraços e alianças. Entre elas, impera a lógica da coletividade: “todos por um e um por todos”. Os mais velhos protegem os menores, estabelecendo relações de aprendizado e cuidado.

O chão do acampamento se converte em um verdadeiro campo de jogos, onde amarelinhas e triângulos coloridos são traçados em meio à poeira, transformando-se em palcos de interações simbólicas. As bolas de vidro, dispostas nos triângulos, refletem a luz do sol como pequenos tesouros a serem conquistados. Há brincadeiras competitivas, como par ou ímpar, e outras que emergem apenas pelo prazer de brincar. O menino Calon Moisés Soares, de 7 anos, morador de Quissamã, por exemplo, não se preocupa com vitórias ou derrotas; ele brinca pela alegria do momento, sem compreender ainda as regras formais dos números pares e ímpares, sem ceder às barganhas do mundo adulto.

Benjamin (2002) enfatiza que a percepção infantil é moldada pelos vestígios da geração anterior, incluindo seus jogos e brinquedos. Os adultos apresentam às crianças objetos lúdicos que, mesmo quando rejeitados, permanecem na cultura infantil. Brinquedos tradicionais como a bola e a pipa, outrora associados a significados rituais e simbólicos, foram ressignificados pelo imaginário infantil, tornando-se elementos que atravessam gerações. Esse fenômeno evidencia a continuidade entre tradição e inovação na experiência lúdica, ressaltando a importância dos legados culturais na constituição da infância Calon de Quissamã. Mesmo com a chegada dos brinquedos



eletrônicos, esses objetos tradicionais seguem sendo utilizados, demonstrando o papel da memória coletiva na construção da infância contemporânea.

A partir de Hirschfeld (2002), pode-se afirmar que a antropologia manteve crianças nas bordas do campo, mesmo sendo a área fundada na ideia de que cultura se aprende. O autor sustenta que essa resistência nasce de uma visão pobre de aprendizagem cultural, que superestima o papel adulto e subestima a contribuição infantil na reprodução cultural, além de desconsiderar o alcance das culturas infantis na própria cultura adulta. O argumento não se apoia em ausência de pesquisas, e sim em seu baixo impacto no *mainstream*. O autor mostra que, no Guia da AAA de 2000, entre 155 antropólogos em dez departamentos de topo, apenas nove listavam temas ligados à infância e juventude, em geral como terceiro interesse, e que a revista *American Anthropologist* publicou pouquíssimos artigos sobre crianças ao longo do século vinte. Para recolocar crianças no centro, Hirschfeld afirma que elas fazem duas coisas que a disciplina negligenciou: aprendem com grande eficácia a cultura adulta e criam culturas próprias, em parte independentes da vida dos adultos, mobilizando habilidades conceituais singulares que moldam produções infantis e também adultas. O autor critica leituras do brincar que o entendem apenas como dispositivo para fins adultos. Essa abordagem, ligada à teoria da socialização, tende a superestimar a influência dos adultos e a ofuscar o que as crianças fazem para adquirir sensibilidades culturais. Por isso, propõe deslocar o foco dos espaços controlados por adultos para os contextos entre pares, em que as crianças produzem sua própria cultura. Como ilustração etnográfica e experimental, o autor descreve o repertório dos *cooties* entre crianças norte americanas. Longe de ser trivial, esse repertório representa, regula e encena relações de poder entre crianças, marcando distâncias sociais e ensaiando hierarquias, em paralelo com formas adultas de contaminação social, como casta no sul da Ásia e raça nos Estados Unidos. Os dados mostram que, quando falam de *cooties*, as crianças evocam uma lógica de contaminação por partículas invisíveis, distinta de explicações baseadas apenas em afinidades ou rejeições simples. Ao mesmo tempo, associam o tema a *status* social, gênero e raça, o que revela um mecanismo de classificação que atravessa o convívio infantil e organiza distância social. Hirschfeld argumenta que os *cooties* naturalizam diferenças e policiam relações de grupo, em ressonância com noções de casta e raça. Mesmo antes da alfabetização, crianças aplicam raciocínios essencialistas a diferenças raciais, o que ajuda a explicar como certas fronteiras sociais se tornam intuitivas e persistentes. Na conclusão, o autor afirma que compreender como crianças processam informação é condição para explicar por que determinadas representações se disseminam e se mantêm, o que reforça a necessidade de uma antropologia da infância com peso



teórico. Essa perspectiva converge com uma leitura etnográfica do brincar que considera as crianças como produtoras de formas culturais, abrindo caminho para análises do campo brincante e das relações de poder que atravessam as brincadeiras.

Ao alinhar essas discussões sobre formas de desigualdade e políticas de direito e reconhecimento, evidencia-se a necessidade de políticas públicas que assegurem não apenas o reconhecimento formal das comunidades Calon, mas também a garantia de direitos fundamentais como o brincar, o acesso à educação e a permanência nos territórios. O brincar, enquanto prática cultural e de resistência, deve ser compreendido como parte das estratégias de luta contra as desigualdades estruturais que afetam essas populações. Dessa forma, compreender a infância dos Calon de Quissamã dentro desse contexto é um passo essencial para ampliar as políticas de reconhecimento e garantir que as crianças Calon possam viver suas expressões culturais de maneira plena e digna.

Figura 4 - Moisés no campo⁹



Fonte: Acervo pessoal da autora (2022).

9 Acolhendo a perspectiva de que a criança tem voz e expressividade e com a autorização de seus pais, nas pesquisas com crianças, costumamos colocar fotografias de suas imagens. A pesquisa desenvolvida na tese de Marques (2023) adota a perspectiva da Sociologia da Infância, conforme defendida por Sarmiento, reconhecendo a criança como sujeito de fala e de direitos, cujas experiências, vozes e imagens integram o texto científico. Por esse entendimento, e sempre mediante autorização formal das crianças e de seus pais, opta-se por incluir fotografias nos registros, respeitando a expressividade e o direito à participação infantil. A autora se responsabiliza integralmente pela publicação das imagens, assegurando o consentimento de todos os envolvidos, conforme recomenda Sarmiento e Pinto (1997).

O acampamento Mathias de Quissamã oferece essa possibilidade para as crianças ciganas, permitindo que explorem livremente o ambiente e participem de brincadeiras ao ar livre. No entanto, observa-se que, apesar da abundância de espaço, há uma carência de infraestrutura voltada exclusivamente para o desenvolvimento infantil. É fato que falta espaço para as crianças Calon, portanto, a criação de um espaço lúdico estruturado que respeite as crianças, permitindo que desenvolvam suas habilidades de maneira segura e saudável, seria necessária em cada acampamento do Brasil. Contudo, essa iniciativa requer a escuta ativa e o diálogo com a comunidade cigana para que as políticas públicas atendam, de fato, suas necessidades e demandas específicas. A ausência desse debate reflete uma lacuna nas políticas de direito e reconhecimento, reiterando a necessidade de inclusão efetiva das infâncias Calon na formulação de medidas de equidade e acesso.

Figura 5 - Miriam pensativa



Fonte: Acervo pessoal da autora (2022).

A criança é um sujeito criador, que transforma o mundo ao seu redor por meio do brincar, evocando a força da imaginação para organizar sua experiência social. Para que a brincadeira aconteça, é essencial a presença do brinquedo, do corpo e da imaginação. Como destaca Piorsky (2016, p. 62), “materiais colhidos na natureza entram no campo da criança para brincadeiras [...], os brinquedos são diversas formas de brincar e de fazer brincadeiras, as brincadeiras são brinquedos, são modos, gestos de brincar”. Nesse processo, a infância se apropria dos elementos disponíveis para dar forma a novos significados, ressignificando objetos e espaços.

A menina Calin Miriam, como uma criante-brincante de Quissamã, incorpora essa lógica ao reciclar objetos e transformá-los por meio da imaginação. Seu gesto não é apenas um ato de criatividade, mas uma manifestação do brincar como resistência e agência infantil. No contexto das infâncias dos Calon de Quissamã, onde a materialidade dos brinquedos nem sempre é garantida, a capacidade de criar a partir do que está disponível reforça o caráter inventivo do brincar e sua relação com a cultura e o território.

O CAMPO BRINCANTE DE MATHIAS- CENÁRIO DE LIMITAÇÃO E EXCLUSÃO

Figura 6 - Primeiras construções no campo brincante



Fonte: Acervo pessoal da autora (2022).

A imagem acima evidencia o fim do campo-brincante das crianças Calon de Quissamã, impactado pela invasão das primeiras construções. A urbanização, que avança sobre territórios historicamente ocupados pelas crianças ciganas, transforma um espaço antes repleto de ludicidade em um cenário de limitação e de exclusão. A expressão de Manoel de Barros (2016), “um sujeito esmolambado à feição de ser apenas uma coisa, à feição de ser de trapo”, ressoa na paisagem desfigurada, onde

o campo outrora vivo, pulsante de brincadeiras e encontros, agora se reduz a um espaço fragmentado, sem identidade lúdica.

O campo de Mathias, que um dia acolheu o criante-brincante, ou seja, uma criança que cria muitas brincadeiras, hoje se encontra sufocado pela especulação imobiliária e pela ausência de políticas públicas que protejam os territórios da infância. A urbanização sem planejamento ignora a importância do brincar como direito, restringindo os espaços de autonomia infantil e rompendo os laços simbólicos entre as crianças e o ambiente. A transformação desse espaço reflete um processo maior de invisibilização das crianças ciganas de Quissamã, cujas brincadeiras, antes livres, agora cedem lugar à rigidez das moradias, sem que alternativas sejam criadas para garantir o direito ao jogo e à imaginação.

A tristeza ao observar essa transfiguração não é apenas nostalgia, mas um chamado urgente para a necessidade de repensar as políticas de direito e reconhecimento. A territorialidade infantil precisa ser respeitada, e os espaços de brincar devem ser preservados como parte fundamental das identidades e das expressões culturais dos ciganos.

Os moradores relataram que o Sr. Lúcio, proprietário do espaço, “ganhou ou comprou o espaço da prefeitura” e, desde então, tem demonstrado total desconsideração pelas crianças e suas necessidades lúdicas. Seu interesse parece estar voltado exclusivamente para a especulação imobiliária, elevando os preços e dificultando qualquer possibilidade de aquisição do espaço pelos Calon. Essa postura evidencia como a lógica mercantilista avança sobre os territórios da infância, desconsiderando o brincar como direito fundamental.

A privatização desse espaço reflete um fenômeno mais amplo de exclusão espacial das infâncias Calon, que se veem alijadas dos poucos locais disponíveis para o brincar. Em Quissamã, não há uma área designada especificamente para elas, assim como para muitas outras crianças não ciganas em situação de vulnerabilidade. A única praça infantil da cidade encontra-se no centro, próxima à prefeitura, distante do acampamento Mathias e inacessível no cotidiano dessas crianças. A ausência de políticas públicas voltadas à criação de espaços lúdicos reforça um modelo urbano que prioriza interesses econômicos em detrimento do direito ao brincar.

Arlindo Pimenta (1986) já alertava para essa negligência ao destacar que a falta de uma avaliação adequada sobre a importância da brincadeira no desenvolvimento saudável das crianças resulta na inação dos administradores públicos, políticos e



pais. Segundo o autor, essa omissão impede a luta por um planejamento urbano que contemple áreas de lazer e espaços de convivência.

Essa crítica permanece atual, pois a ênfase no desempenho acadêmico e nas atividades extracurriculares como judô, inglês e natação sobrepõe-se ao reconhecimento do brincar como essencial ao desenvolvimento infantil. Como ressalta Winnicott (2019), o brincar é um estímulo inato, presente desde o nascimento, e um fator determinante para a constituição emocional e social das crianças.

A realidade das crianças Calon de Mathias, assim como de tantas outras infâncias periféricas, escancara a urgência de políticas públicas que considerem o brincar como parte do direito à cidade. Mais do que um lazer, o ato de brincar é uma prática de existência, resistência e reconhecimento, e a sua negação é um reflexo direto das desigualdades estruturais que persistem nas dinâmicas urbanas brasileiras.

Pensando as mobilizações dos ciganos no sentido da resistência e do reconhecimento e abrindo espaço para pensar os povos ciganos em suas singularidades e como o imaginário coletivo os apresenta, Santos (2017, p. 29), afirma que “Perdura no imaginário coletivo dos não ciganos adjetivos pejorativos a respeito dos ciganos. [...] Muito por conta do pensamento eurocêntrico, desde o século XV”. Nesse imaginário, os ciganos são representados como não afeitos ao trabalho. Representação que foi rejeitada pelo Calon Márcio,¹⁰ que relatou que antigamente os ciganos eram vendedores de bijuterias artesanais; hoje são ambulantes, autônomos e constroem casas para vender.

Teixeira (1998, p. 4) discute como os ciganos são observados, enfatizando que “a observação se detém pouco sobre os ciganos individuais, que assim ficam desprovidos de existência, e mais sobre ‘o cigano’, entidade coletiva e abstrata à qual se atribuem características habituais”. Portanto, é crucial desmistificar essa questão, reconhecendo que ela não tem uma raiz biológica, como teorias racistas¹¹ do passado sugerem, mas sim uma base sociocultural e histórica. Defensores da importância das vidas ciganas devem ver isso como um imperativo. Corroborando esse pensamento, Toyansk (2019, p. 19), ao abordar o tema da etnicidade, ressalta que, ao contrário do conceito de “raça”, a etnicidade não é uma categoria biológica. Em vez disso, trata-se de um conceito multidimensional que dinamicamente abarca aspectos culturais e sociais.

¹⁰ Pedreiro e negociante, mora em Penedo há 33 anos.

¹¹ Teorias pseudo-científicas como o Darwinismo Social.



Para sustentar esse argumento, o autor apresentou reflexões sobre os processos de transformações constantes nos aspectos culturais dos ciganos, baseando-se nas ideias da antropóloga Carol Silverman (1988). Silverman acredita que essas transformações não ocorrem por um imperativo da dinâmica social, mas também como uma estratégia para a sobrevivência em sociedades mais amplas. Ela afirma que a inovação em certas áreas da cultura acontece em paralelo à manutenção do conservadorismo em outras. A autora ressalta a complexidade do caráter inventivo e criativo das transformações culturais em interação com ambientes não ciganos, afastando-se de expressões de obediência e assimilação.

Portanto, as interessantes reflexões de Silverman e as afirmações de Toyansk nos levam a considerar as barreiras culturais que precisam ser superadas para promover a interação entre diversos grupos que vivem experiências socioculturais em sociedades mais amplas. Isso é fundamental para que esses grupos sejam mutuamente afetados e continuem a estabelecer pontos de convergência para seguir em cooperação mútua. Assim, é de grande importância que os grupos minoritários se façam conhecer, explicitando suas cosmologias e costumes como expressões de sua etnicidade multidimensional.

À medida que refletimos sobre o imaginário construído no seio da sociedade nacional e local sobre os ciganos, é essencial problematizar as circunstâncias que contribuíram para a formação de atitudes discriminatórias. Essas atitudes, que perduram até os dias de hoje, continuam a servir de base para a sua manutenção e propagação pela sociedade mais ampla, afetando não apenas os ciganos, mas também outras minorias.

Segundo Goldfarb (2013, p. 49), “Essas teorias, que consideravam a humanidade composta por diferentes raças, distribuídas de acordo com graus evolutivos e separadas por capacidades físicas e morais distintas, influenciaram as concepções sobre o Brasil e os brasileiros [...]”. Assim, é possível questionar que tais teorias servem como referência para alguns colaboradores da pesquisa em Penedo-AL, que compartilham o entendimento sobre as vivências e transformações socioculturais das comunidades ciganas com base nos pressupostos dessas proposições que persistem no imaginário coletivo.

Considerando as matérias jornalísticas, estas apresentam cenários desfavoráveis em relação aos ciganos. Além disso, sustentam relações de poder em forma de desigualdades, como nos alertou a pesquisadora Grada Kilomba (2020) em relação às conjunturas sociais de vertente racista. Isso contribui para propagar



uma má reputação e para reverberar um parco conhecimento sobre os Calon. Além do mais, por serem poucos registros encontrados sobre os ciganos no acervo documental da Fundação Casa do Penedo,¹² e também pela ausência de pesquisas acadêmicas sobre esta parcela de população, produziu-se um “regime de memória” (Pacheco de Oliveira, 2016) sobre a cidade que invisibiliza a presença dos ciganos na sociedade. Entretanto, as mobilizações mais recentes dos ciganos e a elaboração da memória do processo de “morada” evidenciam o protagonismo desse grupo étnico na construção de um novo regime de memória da cidade. Esses esforços visam ao reconhecimento das especificidades étnicas e culturais da população cigana, à valorização de sua presença na história da cidade e à necessidade de criar políticas públicas específicas para sua inclusão.

Pacheco de Oliveira (2016), ao apresentar a concepção ampliada de regime de memória com base no pensamento do antropólogo polonês Johannes Fabian (2001), destaca que esse conceito permite relatar uma história, mas que a compreensão da organização e do funcionamento das sociedades exige uma abordagem que contemple múltiplos pontos de vista. Segundo o autor, o pesquisador não deve se limitar a documentações oficiais que refletem uma perspectiva canônica sobre determinado tema, sendo necessário recorrer a diversas fontes e a múltiplos relatos, beneficiando-se das contribuições de pesquisas antropológicas e históricas contemporâneas.

Essa abordagem se aplica às comunidades ciganas, cuja análise dentro desse referencial contribui para compreender como os regimes de memória se constituem e se modificam ao longo do tempo. Dessa forma, o uso de fontes variadas torna-se essencial para investigar um grupo étnico frequentemente representado por meio de estereótipos e marcado por processos históricos de preconceito e discriminação.

A “dinâmica territorial” é apresentada por Mura (2017, p.153) como o movimento “[...] continuado no tempo, resultante de uma pluralidade de processos que ocorrem em um determinado espaço geográfico e que levam os integrantes de grupos sociais e étnicos diferentes a configurar e/ou ajustar territórios de um determinado modo”; neste estudo esses processos dizem respeito à presença e ao protagonismo desse grupo étnico na cidade mencionada, tendo em conta os significados que estes atribuem à própria circulação e fixação. Outrossim, tal dinâmica fez emergir um processo de expansão territorial da cidade de Penedo em espaços residenciais, o que fez um funcionário público colaborador¹³ desta pesquisa ressaltar que se deve aos ciganos a expansão de Penedo em diversos outros bairros que estão em um

12 Instituição particular que salvaguarda o acervo documental da cidade de Penedo.

13 Morador da Vila Matias, não cigano, nasceu em Penedo e tem 40 anos de idade.



espaço da cidade chamado “parte alta”. Contou também que os ciganos viviam para lá e pra cá com uns “burros velhos” e acampavam em qualquer terreno baldio que encontravam, mas logo eram expulsos.

Refletindo sobre a noção de fronteira étnica (Barth, 2011), percebemos que os Calon e as Calin se organizavam socialmente, mobilizando-se ora para suprir suas necessidades através de negócios, ora para usufruir dos aparatos públicos. Frequentemente, essas mobilidades se estabeleciam alheias à dinâmica cidadina, como algo à parte. Os Calon se resguardavam em um mundo que eles próprios arquitetaram ou ao qual foram lançados, como forma de se estabelecerem em Penedo, vivenciando a parte alta da cidade quase como um território exclusivo.

Entendemos que as fronteiras étnicas se estabelecem no convívio social, amparadas por aspectos culturais que os Calon fazem questão de manter, embora haja um movimento diferenciado entre as novas gerações. Essas fronteiras também se assentam em quadros de referências que as instituições penedenses prezam conservar, tornando-se patentes nos ícones que se transformam em emblemas, fortalecendo a ligação e as recordações de um passado colonial considerado admirável e glorioso pelos penedenses. E assim, em várias conversas com moradores não ciganos de Penedo, muitos expressaram uma representação pejorativa dos ciganos, utilizando termos depreciativos e emblemáticos em referência aos Calon da Vila Matias.

Considerando suas andanças, entendemos, segundo os relatos dos Calon, que andar de animal limitava a circulação dos ciganos de Penedo. Contudo, com a venda dos animais no desenvolvimento do processo de “morada” e a adoção de veículos automotores, os Calon ampliaram seus espaços de circulação, modificando suas trajetórias para realizar e expandir seus negócios. Nesse contexto, Willamis Cigano desponta como uma liderança que busca “apoio político” aos ciganos visando melhorar suas condições de vida. Desta forma, afirmou:

A gente rodava o Brasil inteiro de pau de arara. Isso em busca de trabalho. As melhores terras, as cidades melhores, para trabalhar, para negociar. A mesma trajetória, só que não era mais de animal, era de pau de arara. Até para Brasília, Maceió, São Paulo. Para todo canto. Foi passando o tempo viajando, conseguindo uma micharia e levantando as suas casinhas. Depois mesmo de casa levantada, continuamos viajando. Paramos de viajar de pau de arara porque fomos transportados, de Brasília para cá, na época do Fernando Collor. Ele não aceitou a gente lá e mandou a gente de volta. Aí a gente começou andar de ônibus alugado: Itapemirim e São Geraldo, na época. (Willamis, 2023)¹⁴

14 Transcrição da conversa por WhatsApp com postagem de áudio de Willamis, jan./2023.



As narrativas dos Calon confluem, destacando a dinâmica territorial que vêm desenvolvendo como moradores da cidade de Penedo e a maneira como ressignificam suas mobilidades ao longo do tempo. Esse processo, longe de representar a fixidez, evidencia a fluidez dos Calon, marcada pelas idas e vindas entre a permanência e a circulação. Quando incentivada a expor sua opinião sobre a fase de morar, a Calin Jaciguara expressou: “Está mais sossegado. Somente a gente vai trabalhar fora para comer aqui.” Em suas palavras, percebe-se um sentido implícito de possuir um território conquistado para retornar após as lidas da andança para trabalhar.

Esse mesmo processo pode ser observado no estudo realizado com as crianças Calon de Quissamã, onde o território é ressignificado por meio das práticas infantis de brincar. A relação das crianças com o espaço não se dá apenas no sentido de ocupação física, mas também como um mecanismo de construção de pertencimento e transmissão de memórias. Assim como os adultos de Penedo estabelecem uma “relação de dependência” com o território (Vaz, 2010), as crianças de Quissamã também expressam, por meio das brincadeiras, uma conexão contínua com o espaço, transformando-o em um campo-brincante (Marques, 2023). O brincar, nesse contexto, não é apenas um ato lúdico, mas uma forma de recriação dos modos de vida dos Calon, funcionando como um elo entre a circulação e a permanência.

A interseção dessas análises evidencia que a territorialidade Calon não pode ser pensada de forma estática, mas como um processo contínuo de ressignificação, no qual memória, mobilidade e pertencimento se entrelaçam. Nesse sentido, a relação entre infância e territorialidade assume um papel fundamental na estruturação das práticas culturais Calon. As brincadeiras infantis não apenas reproduzem o cotidiano dos adultos, mas também operam como espaços de invenção e reinvenção da territorialidade. Se, por um lado, as crianças aprendem e reproduzem valores comunitários ao brincar de negociar, montar acampamentos imaginários e cuidar de bonecas como forma de imitar a dinâmica familiar, por outro, suas práticas lúdicas criam novas possibilidades de pertencimento e circulação.

Considerando os processos de fixação dos Calon observados neste estudo, conclui-se que o território não se torna apenas um local de permanência, mas um espaço vivo, onde a cultura é recriada a partir da infância. A relação com o espaço não se limita a uma necessidade material, mas a um reconhecimento simbólico, no qual o brincar estabelece um vínculo profundo com o território e permite que as crianças se percebam como parte de uma coletividade. Assim, o brincar não é apenas uma atividade cotidiana, mas um instrumento essencial na construção das identidades



Calon, evidenciando que a territorialidade do grupo é continuamente negociada e ressignificada, não apenas pelos adultos, mas também pelas novas gerações.

De outra forma, alguns também transformavam o espaço habitado em meio de sobrevivência, sustentando-se pela construção e venda de casas dentro de seu próprio espaço de moradia. O Calon Vitor¹⁵ mencionou que aprendeu a ocupação de servente de pedreiro com seu pai. Assim, ele desenvolveu o trabalho de construção de casas a partir do processo de moradia, um ofício que foi transmitido entre os Calon como uma estratégia fundamental para a manutenção econômica e a permanência territorial. Esse conhecimento, passado entre gerações, evidencia a ressignificação dos espaços urbanos e a capacidade de reinvenção do grupo diante das exigências de sua realidade.

Ao longo deste estudo, evidenciamos a construção de um novo regime de memória, tendo como protagonistas os ciganos Calon da cidade de Penedo, Alagoas. Por meio de suas narrativas e práticas cotidianas, observamos como constroem uma dinâmica territorial única, em resposta à busca constante por formas de sobrevivência, muitas vezes enfrentando tratamentos discriminatórios e preconceituosos. Esse processo, no entanto, não se restringe aos adultos. As crianças Calon, ao interagirem com o espaço por meio das brincadeiras, também participam ativamente da ressignificação territorial. Se, para os adultos, a ocupação do espaço se dá através da construção de moradias e da busca por estabilidade, para as crianças, o território se consolida a partir do campo-brincante (Marques, 2023), onde o ato lúdico se transforma em um mecanismo de pertencimento e fortalecimento cultural.

No estudo realizado em Quissamã, as crianças recriam simbolicamente os desafios enfrentados por suas famílias ao transformar ruas, quintais e terrenos baldios em cenários de suas brincadeiras. Brincar de construir casas, negociar objetos e imitar atividades dos adultos são formas pelas quais essas crianças se inserem no território e o ressignificam, estabelecendo uma continuidade geracional na luta pela permanência e identidade. Assim como os adultos constroem fisicamente as casas que garantem a fixação do grupo, as crianças constroem, no imaginário lúdico, um espaço simbólico que reforça sua ligação com a comunidade. A interseção entre a territorialidade dos adultos e o brincar das crianças revela que a noção de moradia vai além da sedentarização; ela se estende à memória, à cultura e à identidade, sendo continuamente reafirmada por meio da vivência infantil.

Essa trajetória, marcada pela resistência e pela reconfiguração do espaço urbano, ilumina a importância de reconhecer e valorizar a diversidade cultural e a

15 Cunhado de Willamis Cigano.



capacidade de ressignificação de identidades e trajetórias dos Calon. O brincar, assim como a construção material do território, é um ato de afirmação e resistência, contribuindo para que as novas gerações absorvam e recriem as práticas comunitárias que sustentam as identidades Calon. Dessa maneira, reforçamos a necessidade de políticas públicas inclusivas que promovam a equidade e o respeito às diferenças, garantindo que tanto o direito à moradia quanto o direito ao brincar sejam assegurados, pois ambos são fundamentais para a construção de pertencimento e reconhecimento social dos Calon em Penedo e Quissamã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar as intersecções entre as práticas lúdicas infantis dos Calon e os processos de fixação territorial, articulando dimensões simbólicas e espaciais na construção identitária. Por meio de uma abordagem etnográfica e fotoetnográfica, foi possível compreender como o brincar transcende a mera atividade recreativa e se configura como um mecanismo de resistência cultural e afirmação identitária. A pesquisa foi desenvolvida em dois contextos distintos: Penedo (AL) e Quissamã (RJ), permitindo um olhar comparativo sobre a dinâmica territorial (Mura, 2017) e os regimes de memória (Pacheco de Oliveira, 2016). A metodologia adotada incluiu observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental, possibilitando um aprofundamento das experiências infantis no uso e ressignificação dos espaços urbanos. Os conceitos de “campo-brincante”, “criante-brincante” e “criante-narrante” (Marques, 2023) foram fundamentais para evidenciar a centralidade das brincadeiras na construção das identidades infantis, demonstrando que o espaço lúdico não é apenas um reflexo da cultura, mas também um campo de disputa simbólica e ressignificação social.

Os objetivos propostos foram alcançados na medida em que o estudo permitiu compreender a relação entre infância, memória e território, evidenciando que as práticas lúdicas não apenas refletem a cultura Calon, mas também contribuem ativamente para a sua reprodução e ressignificação em contextos urbanos. A pesquisa revelou que as brincadeiras infantis atuam como instrumentos de resistência frente às desigualdades sociais e ao apagamento da memória cigana nos registros históricos. O problema de pesquisa, que questionava de que forma o brincar se relaciona com os processos de territorialização e construção de identidade entre as crianças Calon, foi respondido ao demonstrar que o lúdico desempenha um papel estruturante nas experiências infantis e na reivindicação de espaços de pertencimento. Além disso, os



resultados indicaram que, apesar das dificuldades enfrentadas pelas comunidades ciganas no acesso a políticas públicas e direitos básicos, as crianças continuam a criar e recriar seus mundos por meio do brincar, fortalecendo laços comunitários e reafirmando sua identidade cultural. A fotoetnografia, ao registrar imagens e narrativas infantis, possibilitou uma compreensão sensível e aprofundada das interações das crianças com o espaço, ressaltando o potencial das metodologias visuais na pesquisa antropológica.

As contribuições deste estudo se estendem para além do campo acadêmico, alcançando também implicações sociais e políticas. Ao evidenciar a importância do brincar na constituição da identidade Calon e na resistência às dinâmicas de exclusão, a pesquisa oferece subsídios para a formulação de políticas públicas que contemplem as especificidades culturais das infâncias ciganas. O reconhecimento do direito ao brincar como um direito fundamental implica na necessidade de criação de espaços lúdicos acessíveis e na implementação de iniciativas que promovam a valorização da cultura cigana nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas. Além disso, este trabalho contribui para o avanço das discussões sobre regimes de memória e territorialização, destacando a importância de registrar e dar visibilidade às narrativas dos Calon, frequentemente marginalizadas nos discursos oficiais. A pesquisa também reforça a relevância da fotoetnografia como ferramenta metodológica capaz de capturar nuances das práticas culturais e da construção identitária, oferecendo uma abordagem mais sensível e participativa no campo da Antropologia.

Por fim, algumas limitações do estudo devem ser reconhecidas, como a necessidade de um acompanhamento longitudinal das crianças e de uma ampliação da análise para outros contextos urbanos onde há presença significativa de populações ciganas. A ausência de registros oficiais sobre a história dos Calon em algumas localidades também representou um desafio metodológico, exigindo o cruzamento de múltiplas fontes para reconstrução das narrativas. Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se aprofundar a investigação sobre o impacto das políticas públicas na vida das crianças ciganas, bem como explorar as relações entre o brincar e outras dimensões da cultura Calon, como a música e as tradições orais. Além disso, futuros estudos podem utilizar metodologias participativas que envolvam diretamente as crianças na produção e análise dos dados, ampliando as possibilidades de interpretação das dinâmicas sociais. Dessa forma, espera-se que este estudo contribua para o fortalecimento das discussões sobre infância, território e memória, incentivando novas pesquisas e ações que promovam a equidade, a diversidade e o reconhecimento dos saberes tradicionais das comunidades Calon.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Manoel de. **Arranjos para assobio**. Rio de Janeiro: Alfabeta, 2016.
- BARROS, Manoel de. **Memórias inventadas**. Rio de Janeiro: Alfabeta, 2018.
- BENJAMIN, Walter, 1892-1940. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. Tradução de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.
- GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes. **Memória e etnicidade entre os Ciganos Calon em Sousa-PB**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.
- HIRSCHFELD, Lawrence A. Why don't anthropologists like children? **American Anthropologist**, Washington, DC, v. 104, n. 2, p. 611-627, jun. 2002. DOI: 10.1525/aa.2002.104.2.611.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.
- LIMA, Lise Rossi Jones. De fonte documental a artefato cultural: o jornal **O Pantaneiro** e a preservação da memória local. In: **IV Seminário de Pós-graduação do IFMS – SEMPOG**, Mato Grosso, 2024.
- MARCHIORI, Maria Emília Prado. A transformação técnica da economia açucareira no Norte Fluminense e a importância de Quissamã nesse contexto, 1875/1910. In: MARCHIORI, Maria Emília Prado et al. **Quissamã**. Rio de Janeiro: SPHAN, 1987.
- MARQUES, Maria Cristina. **O brincar, a educação e as crianças Calon do acampamento cigano de Quissamã, RJ: uma fotoetnografia de brincadeiras e de aprendizagens**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- MURA, Fábio. À procura do “bom viver”: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2017.
- OLIVEIRA, Edluzia Maria Soares de. **“Essa tradição é de andar”**: dinâmica territorial Calon e regimes de memória em Penedo – AL. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. Prefácio. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**.



Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PIORSKI, Ghandy. **Brinquedo do chão: a natureza, o imaginário e o brincar**. São Paulo: Petrópolis, 2016.

PIMENTA, C. Arlindo. **Sonhar, brincar, criar, interpretar**. São Paulo: Ática, 1986.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Trad. Elcio Fernandes. 2. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2011.

SANTOS, Laudicéia da Cruz. **Etnicidade e Educação: formação docente sobre os povos ciganos na Escola Municipal Agnaldo Marcelino Gomes**. 2017. Dissertação (Mestrado) – UNEB, Jacobina, BA, 2017.

SARMENTO, M. J., & Pinto, M. (1997). **As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo**. In: M. Pinto & M. J. Sarmento (Coords.), *As crianças: contextos e identidades* (p. 7-23). Braga: Universidade do Minho.

SAURA, Soraia Chung. O imaginário do lazer e do lúdico anunciado em práticas espontâneas do corpo brincante. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 28, n. 1, p. 163-175, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1807-55092013005000015>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SILVA, Daniella Pereira de Souza. **“Arruando” vejo rio, homens, pedra & cal: a des-repatrimonialização do sítio histórico tombado de Penedo-AL**. 2016. 352 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SILVA, Maria Angélica da; MUNIZ, Bianca Machado. A cidade que abraça uma rocha: histórias de Penedo do Rio São Francisco, Alagoas. **Geonomos**, v. 24, n. 2, p. 125-134, 2016.

SIMAS, Luiz Antônio. **O corpo encantado das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **Correrias de ciganos pelo território mineiro (1808 – 1903)**. 1998. Dissertação (Mestrado) – FAFICH / UFMG, Belo Horizonte, MG, 1998.

TOYANSK, Marcos. Identidades ciganas: origens, grupos e contextos. In: GOLDFARB,



Maria Patrícia Lopes; TOYANSK, Marcos; OLIVEIRA, Luciana de. **Ciganos: olhares e perspectivas**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

VAZ, Ademir Divino. **José, Tereza, Zélia e seu território cigano**. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2010.

VOGEL, Arno, VOGEL, Vera Lúcia de O., LEITÃO, Gerónimo Emilio de A. **Como as crianças veem a cidade**. Rio de Janeiro: Pallas, Flacso, UNICEF, 1995. 167 p.

WINNICOTT, Donald W. **O brincar e a realidade**. Trad. Breno Longhi. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

